

Westwing Comércio Varejista S.A.

Informações Trimestrais (ITR) acompanhadas do relatório do
auditor independente em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 268A6-002-PB



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais	3
Informações Trimestrais	5
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2026	13

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Westwing Comércio Varejista S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Westwing Comércio Varejista S.A. (Companhia) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Jefferson Coelho Diniz
Contador CRC 1SP-277.007/O-8

Westwing Comércio Varejista S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	108.379	121.348
Contas a receber	5	20.939	26.815
Estoques	6	12.989	21.944
Impostos a recuperar	7	16.267	12.947
Outros ativos circulantes	-	2.983	1.320
Total do ativo circulante		161.557	184.374
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	15.1	34.364	33.866
Impostos a recuperar	7	4.032	2.242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.1	57.046	55.949
Direito de uso - arrendamento mercantil	10	6.687	9.844
Imobilizado	8	7.794	8.725
Intangível	9	5.556	12.039
Total do ativo não circulante		115.479	122.665
Total do ativo		277.036	307.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Fornecedores – Convênio	12.2	1.701	2.929
Fornecedores	12.1	29.656	38.591
Obrigações trabalhistas	11	5.107	5.549
Capital a restituir aos acionistas	16	60.000	-
Passivo de arrendamento	10	4.134	4.165
Receita diferida	13	8.687	14.756
Obrigações tributárias	14.3	1.496	1.827
Outros passivos circulantes	-	71	71
Total do passivo circulante		110.852	67.888
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	10	4.382	6.494
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15.2	7.672	7.229
Obrigações tributárias	14.3	5.091	5.091
Total do passivo não circulante		17.145	18.814
Patrimônio líquido	16		
Capital social	-	411.453	471.375
Custos de transação - emissão de ações	-	(19.835)	(19.835)
Reserva de capital	-	9.828	9.601
Prejuízos acumulados	-	(252.407)	(240.804)
Total do patrimônio líquido		149.039	220.337
Total do passivo e patrimônio líquido		277.036	307.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações do resultado

para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

		Trimestre atual	Período de seis meses atual	Trimestre anterior	Período de seis meses anterior
		De 01/04/2026 a 30/06/2026	De 01/01/2026 a 30/06/2026	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional líquida	17	33.994	69.789	34.657	68.026
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	18	(19.529)	(40.596)	(20.287)	(40.072)
Lucro bruto		14.465	29.193	14.370	27.954
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	18	(13.269)	(27.972)	(9.297)	(21.159)
Despesas gerais e administrativas	18	(17.366)	(30.108)	(12.424)	(26.041)
Outras receitas/despesas não operacionais	19	1.496	8.093	(2)	90
Resultado antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social		(14.674)	(20.794)	(7.353)	(19.156)
Receitas financeiras	20	4.317	9.545	5.162	9.437
Despesas financeiras	20	(692)	(1.451)	(524)	(1.262)
Resultado financeiro		3.625	8.094	4.638	8.175
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	-	(11.049)	(12.700)	(2.715)	(10.981)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14.1	288	1.097	(23)	(413)
Prejuízo do período	-	(10.761)	(11.603)	(2.738)	(11.394)
Prejuízo por ação ordinária - básico/diluído	22	(0,9684)	(1,0443)	(0,2465)	(1,0256)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para o período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Trimestre atual De 01/04/2026 a 30/06/2026	Período de seis meses atual De 01/01/2026 a 30/06/2026	Trimestre anterior De 01/04/2025 a 30/06/2025	Período de seis meses anterior De 01/01/2025 a 30/06/2025
Prejuízo do período	(10.761)	(11.603)	(2.738)	(11.394)
Total do resultado abrangente do período	(10.761)	(11.603)	(2.738)	(11.394)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

			(-) Custos de transação - oferta inicial de ações	Reserva de capital			
	Notas	Capital social		Pagamento baseado em ações	Ágio na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		471.375	(19.835)	4.370	5.184	(230.891)	230.203
Plano de remuneração baseado em ações	23	-	-	33	-	-	33
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(11.394)	(11.394)
Saldos em 30 de junho de 2025		471.375	(19.835)	4.403	5.184	(242.285)	218.842
Saldos em 31 de dezembro de 2025		471.375	(19.835)	4.417	5.184	(240.804)	220.337
Plano de remuneração baseado em ações	23	-	-	227	-	-	227
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(11.603)	(11.603)
Aumento de capital (exercício stock options)	16	78	-	-	-	-	78
Redução de capital	16	(60.000)	-	-	-	-	(60.000)
Saldos em 30 de junho de 2026		411.453	(19.835)	4.644	5.184	(252.407)	149.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(12.700)	(10.981)
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa			
Depreciação e amortização	8, 9 e 10	11.957	7.028
Provisão (reversão) para realização de estoques	6	99	(493)
Provisão (reversão) para devoluções de vendas	5	360	(189)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	15.2	(19)	(95)
Juros sobre contratos de arrendamentos	10	624	526
Atualização monetária	7 e 15	(1.938)	(888)
Plano de remuneração baseado em ações	23	227	33
Provisão para bônus	11	(99)	-
Baixa de imobilizado e intangível	8 e 9	285	-
Variação nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	5.516	1.252
Estoques	6	8.856	(5.273)
Impostos a recuperar	7	(4.417)	2.503
Outros ativos		(1.585)	101
Depósitos judiciais	15.1	1.209	(57)
Fornecedores	12	(10.163)	(5.060)
Obrigações trabalhistas	11	(343)	(609)
Obrigações tributárias	14.3	(331)	(572)
Receita diferida	13	(6.069)	(839)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(8.531)	(13.613)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	10	(624)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(9.155)	(13.613)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado	8	(131)	(27)
Adições ao intangível	9	(1.540)	(1.058)
Aplicações financeiras		-	104
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(1.671)	(981)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de passivo de arrendamento	10	(2.143)	(5.236)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(2.143)	(5.236)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		(12.969)	(19.830)

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
No início do período	4	121.348	126.936
No final do período	4	108.379	107.106
Variação do caixa e equivalentes de caixa		(12.969)	(19.830)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Westwing Comércio Varejista S.A.

Demonstrações dos valores adicionados
para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas	91.119	90.259
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	91.119	90.259
Insumos adquiridos de terceiros	(68.719)	(61.782)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(40.234)	(39.894)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(28.324)	(21.888)
Perda/recuperação de ativos	(161)	-
Valor adicionado bruto	22.400	28.477
Retenções	(11.957)	(7.026)
Depreciação e amortização	(11.957)	(7.026)
Valor adicionado líquido produzido	10.443	21.451
Valor adicionado recebido em transferência	9.545	8.783
Receitas financeiras	9.545	8.783
Valor adicionado total a distribuir	19.988	30.234
Distribuição do valor adicionado	(19.988)	(30.234)
Pessoal	(14.778)	(17.186)
Remuneração direta	(10.876)	(12.560)
Benefícios	(3.210)	(3.227)
FGTS	(692)	(1.399)
Impostos, taxas e contribuições	(22.777)	(22.968)
Federais	(9.118)	(11.037)
Estaduais	(13.351)	(11.788)
Municipais	(308)	(143)
Remuneração de capitais de terceiros	5.964	(1.474)
Aluguéis	(706)	(878)
Despesas financeiras	(1.352)	(1.049)
Créditos tributários	8.092	-
Outros	(70)	453
Remuneração de capitais próprios	11.603	11.394
Prejuízos	11.603	11.394

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Westwing Comércio Varejista S.A. (“Companhia” ou “Westwing”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede na Avenida Queiroz Filho, 1.700 - Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo – SP, fundada na Alemanha em abril de 2011 e chegou ao Brasil em novembro do mesmo ano. Em outubro de 2018, o fundo de Private Equity Axxon Group comprou a operação brasileira, tornando-se o controlador da Companhia. Em fevereiro de 2021 a Companhia realizou a abertura do capital (IPO - *Initial Public Offering*) na B3.

A Companhia tem como objeto social a comercialização de móveis, artigos para decoração e roupas e acessórios em geral, majoritariamente através de seu website, plataformas para aplicativos mobile e de suas lojas físicas.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui 3 lojas próprias, 1 HUB logístico em São Paulo e 1 Centro de Distribuição em Jundiá/SP.

Conflitos oriente médio

A Companhia avaliou os possíveis impactos relacionados aos conflitos no Oriente Médio nas informações financeiras intermediárias findas em 30 de junho de 2026, e com base nas informações disponíveis até a data de emissão dessas informações financeiras intermediárias, a Administração não espera que tais eventos resultem em impactos significativos subsequentes sobre a posição financeira, o desempenho operacional ou os fluxos de caixa da Companhia. A Administração da Companhia seguirá monitorando e avaliando potenciais impactos subsequentes.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras trimestrais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações financeiras intermediárias correspondem às práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e correspondem às políticas contábeis aplicadas na elaboração das informações financeiras intermediárias para o trimestre findo em 30 de junho de 2026.

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração do valor justo e estão apresentadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Intermediárias, relativamente às operações da Companhia, estão, também, de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto quanto à apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), requerida pela legislação societária para as companhias abertas, mas como informação suplementar às normas IFRS que não requerem esta apresentação. As informações financeiras trimestrais evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As informações financeiras trimestrais são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

Essas informações financeiras trimestrais não incluem todas as informações exigidas para as informações financeiras anuais. A leitura dessas informações financeiras intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2025.

As informações trimestrais de 30 de junho de 2026 foram aprovadas pela Administração em 11 de agosto de 2026.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e aplicar estimativas que afetam os valores contábeis dos ativos e passivos. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos valores reais. As estimativas e premissas são reconhecidas prospectivamente.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado ou intangível, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com executivos chave baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos cíveis e trabalhistas, conforme Nota Explicativa nº 15. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos externos e suas estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados a partir de 1º de janeiro de 2026

Para as seguintes normas ou alterações a administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas informações financeiras da Companhia, a saber:

- **Alterações na IFRS 7/NBC TG 40 (R3):** Instrumentos Financeiros - Evidenciação e IFRS 9/NBC TG 48: Instrumentos Financeiros - O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes - efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

• **IFRS 18 (a ser correlacionada pelo CPC/NBC TG 26) – Apresentação e Divulgação em**

Demonstrações financeiras - Em 9 de abril de 2024, o IASB emitiu a norma IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements*, que substituirá a IAS 1 (CPC 26/NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis), resultado de projeto iniciado em abril de 2016 com o objetivo de aprimorar a comparabilidade e a transparência das informações financeiras; a norma traz uma nova estrutura de categorização de receitas e despesas na Demonstração do Resultado (operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e contribuição social, e operações descontinuadas), novos subtotais obrigatórios (como "resultado operacional" e "resultado antes de financiamentos e tributos sobre o lucro"), a exigência de divulgação de Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (indicadores não-GAAP, com definição, reconciliação e justificativa de uso), além de novos princípios de agregação e desagregação de informações nas notas explicativas, sem alterar critérios de reconhecimento e mensuração; a norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após

1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva exigida e adoção antecipada permitida, e a Companhia está avaliando os potenciais impactos de sua adoção sobre as informações financeiras, não tendo concluído essa avaliação nem optado pela adoção antecipada até a data de emissão destas demonstrações.

• **IFRS S1 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à**

Sustentabilidade - Em junho de 2023, o ISSB (*International Sustainability Standards Board*), órgão vinculado à Fundação IFRS, emitiu a norma IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* (no Brasil, correlacionada ao CBPS 100, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade), que estabelece os requisitos gerais para divulgação de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade capazes de afetar, razoavelmente, os fluxos de caixa, o acesso a financiamento ou o custo de capital da entidade no curto, médio ou longo prazo; a norma estrutura-se em torno de quatro pilares alinhados às recomendações do TCFD — governança, estratégia, gerenciamento de riscos e métricas e metas —, adota o conceito de materialidade financeira e exige que as divulgações de sustentabilidade sejam realizadas em conjunto com as informações financeiras, no mesmo período de reporte, promovendo maior conectividade entre as informações; a norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com adoção antecipada permitida desde que aplicada em conjunto com a IFRS S2, e a Companhia está avaliando os potenciais impactos de sua adoção sobre suas informações financeiras, não tendo concluído essa avaliação nem optado pela adoção antecipada até a data de emissão destas demonstrações.;

• **IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima** - Em junho de 2023, o ISSB (*International Sustainability Standards Board*), órgão vinculado à Fundação IFRS, emitiu a norma IFRS S2 – *Climate-related Disclosures* (no Brasil, correlacionada ao CBPS 200, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade), que estabelece os requisitos específicos para divulgação de riscos e oportunidades relacionados ao clima capazes de afetar, razoavelmente, os fluxos de caixa, o acesso a financiamento ou o custo de capital da entidade no curto, médio ou longo prazo, aplicando-se em conjunto com a IFRS S1; a norma exige, entre outros aspectos, a divulgação dos riscos climáticos físicos e de transição a que a entidade está exposta, a resiliência de sua estratégia e modelo de negócios diante de diferentes cenários climáticos, suas emissões de gases de efeito estufa (Escopos 1, 2 e 3, calculadas com base na metodologia do GHG Protocol), bem como metas climáticas estabelecidas, inclusive as relacionadas à transição para uma economia de baixo carbono, e o progresso alcançado em relação a elas; a norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, com adoção antecipada permitida desde que aplicada em conjunto com a IFRS S1, e a Companhia está avaliando os potenciais impactos de sua adoção sobre suas informações financeiras, não tendo concluído essa avaliação nem optado pela adoção antecipada até a data de emissão destas demonstrações.

Para o trimestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não identificou impactos significativos quando da adoção, alterações e interpretações dessa norma nas informações financeiras trimestrais.

3.2. Reforma Tributária sobre o Consumo – Emenda Constitucional nº 132/2023 e Lei Complementar nº 214/2025

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, a qual estabeleceu as regras gerais e operacionais de transição para o novo sistema; a reforma prevê a substituição gradual do PIS, da Cofins, do ICMS, do ISS e, parcialmente, do IPI por um modelo de IVA Dual, composto pela CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços, de competência federal) e pelo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços, de competência estadual e municipal), além da criação do Imposto Seletivo, incidente sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente; a transição ocorrerá de forma escalonada entre 2026 e 2033, tendo o exercício de 2026 caráter meramente informativo e educativo, com cobrança simbólica de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS e dispensa de recolhimento efetivo, enquanto 2027 marcará a extinção do PIS e da Cofins e a entrada em vigor da CBS em sua alíquota plena, com a implementação integral do novo sistema prevista para 2033; a Companhia está avaliando os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre suas operações, sua estrutura de preços, seus sistemas fiscais e contábeis e suas informações financeiras, não tendo concluído essa avaliação até a data de emissão destas informações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	31	16
Bancos	60.293	72
Aplicações financeiras	48.055	121.260
Total	108.379	121.348

As aplicações financeiras são representadas em sua maioria por aplicações em fundos de investimento de baixo risco que buscam rentabilidade próxima à variação do CDI, aplicações em CDBs e aplicações automáticas. Tais aplicações permitem o resgate imediato sem perda substancial no valor dos ativos. O conjunto das aplicações são substancialmente remunerado por taxas que resultam em média entre 93% e 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 30 de junho de 2026 (93% e 102,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Por conta da redução de capital detalhada nas Notas Explicativas nº 16 e nº 27 a Companhia resgatou 60.000 de suas aplicações.

5. Contas a receber

A rubrica possui saldo substancialmente composto por vendas parceladas por meio de cartão de crédito, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Operadoras de cartão	20.469	26.260
Intermediação de negócios	1.436	1.881
Perda esperada para devoluções de produtos	(966)	(1.326)
Total	20.939	26.815

Movimentação da perda esperada para devolução de produtos

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.326	859
Perda esperada com devoluções de produtos	966	1.326
Baixas por devoluções efetivas	(1.326)	(859)
Saldo final	966	1.326

Composição do contas a receber por vencimento

	30/06/2026	31/12/2025
A vencer em até 30 dias	8.191	10.898
31 a 60	5.176	6.334
61 a 90	3.483	5.578
91 a 120	2.331	3.152
> 120 dias	2.724	2.179
(-) Provisão para devoluções	(966)	(1.326)
Total	20.939	26.815

A Companhia não possui exposição quanto à realização dos seus recebíveis em decorrência deles serem substancialmente transacionados com operadoras de cartões (grandes redes), minimizando o risco de inadimplência e consequentemente a necessidade da constituição de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), assim como não é aplicável o AVP.

6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao valor de realização. Quando aplicável, é constituída uma perda esperada para redução ao valor líquido de realização dos estoques e obsolescência.

	30/06/2026	31/12/2025
Mercadoria para revenda	11.916	19.965
Mercadoria em poder de terceiros	498	363
Estoque em trânsito	1.400	2.237
Embalagens	599	704
(-) Perda esperada para ajuste ao valor de realização dos estoques (i)	(1.424)	(1.325)
Total	12.989	21.944

(i) Dentro do ciclo normal das atividades, alguns produtos vendidos são posteriormente devolvidos pelos clientes ou então possuem um giro lento de realização. Caso estejam em perfeito estado e prontos para revenda, esses produtos podem ser revendidos por preços abaixo de seu custo de aquisição. Dessa forma, uma perda para a realização é efetuada para ajustar os estoques ao seu valor recuperável. A redução observada em 2026 decorre da revisão dos processos de compra de estoques para reduzir a cobertura mas sem geração de ruptura.

Movimentação da perda esperada para ajuste ao valor de realização dos estoques

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	1.325	1.817
Adições, liquidas de reversões	99	(492)
Saldo final	1.424	1.325

7. Impostos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
ICMS a recuperar (i)	11.345	6.280
INSS a recuperar	47	47
IRRF a recuperar	4.451	2.597
IPI a recuperar	23	-
PIS a recuperar (ii)	750	784
Cofins a recuperar (ii)	3.463	2.618
Créditos previdenciários a recuperar (iii)	220	2.863
Total	20.299	15.189
Circulante	16.267	12.947
Não circulante	4.032	2.242

No período de 30 de junho de 2026, a movimentação dos impostos a recuperar está apresentada a seguir:

	Saldo inicial 31/12/2025	Crédito	Crédito extemporâneo	Compensação	Atualização	Saldo final 30/06/2026
ICMS a recuperar (i)	6.280	5.756	8.003	(8.694)	-	11.345
INSS a recuperar	47	-	-	-	-	47
IRRF a recuperar (iv)	2.597	1.854	-	-	-	4.451
IPI a recuperar	-	78	-	(55)	-	23
PIS a recuperar (ii)	784	906	967	(2.010)	103	750
Cofins a recuperar (ii)	2.618	4.589	4.450	(8.673)	479	3.463
Créditos previdenciários a recuperar (iii)	2.863	-	117	(2.871)	111	220
Total	15.189	13.183	13.537	(22.303)	693	20.299

(i) ICMS a recuperar – Do total de ICMS a recuperar R\$ 8.003 (R\$ 2.756 em 31 de dezembro de 2025) são decorrentes da revisão dos critérios de apuração do ICMS substituição tributária, à luz da portaria CAT42/2019, gerados através de consultoria e contabilizado em “Outras receitas operacionais, líquidas”.

(ii) PIS e Cofins a recuperar no regime não cumulativo – Os montantes registrados de créditos extemporâneos foram gerados através de consultoria e contabilizados em “Outras receitas operacionais, líquidas”.

(iii) Créditos previdenciários a recuperar **(iii)** – A Companhia registrou durante 2026 o montante de R\$ 117 (R\$ 3.184 em 31 de dezembro de 2025) referente a créditos previdenciários.

Os créditos extemporâneos descritos nos itens **(ii)** e **(iii)**, foram identificados com base em estudos e pareceres jurídicos especializados, apurados em conformidade com a legislação vigente e reconhecidos contabilmente de acordo com a natureza de cada tributo. O montante foi registrado em “Outras receitas operacionais, líquidas”, enquanto a parcela correspondente à atualização monetária sobre o saldo total dos créditos foi reconhecida em “Receitas Financeiras”.

(iv) IRRF a recuperar – Os valores referentes a IR sobre aplicações financeiras.

A Administração da Companhia, avalia que não há riscos de não utilização do crédito tributários em 30 de junho de 2026.

Notas explicativas da administração às informações financeiras intermediárias

Referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 (em milhares de reais)

8. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Instalações e benfeitorias	Outros	Total
Taxas de depreciação anual	10%	20%	10%	20%	33%	10%	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.776	-	2.808	1.446	723	44	11.797
(+) Adições	-	-	-	27	277	-	304
(-) Baixas	(58)	-	(9)	(5)	(258)	-	(330)
(-) Depreciação	(1.065)	-	(417)	(883)	(669)	(12)	(3.046)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.653	-	2.382	585	73	32	8.725
(+) Adições	44	-	1	36	42	8	131
(-) Depreciação	(526)	-	(204)	(306)	(20)	(6)	(1.062)
Saldos em 30 de junho de 2026	5.171	-	2.179	315	95	34	7.794
Saldos em 31 de dezembro de 2025							
Custo	10.765	269	5.123	7.196	19.330	148	42.831
Depreciação acumulada	(5.112)	(269)	(2.741)	(6.611)	(19.257)	(116)	(34.106)
Valor residual	5.653	-	2.382	585	73	32	8.725
Saldos em 30 de junho de 2026							
Custo	10.809	269	5.124	7.218	19.372	156	42.948
Depreciação acumulada	(5.638)	(269)	(2.945)	(6.903)	(19.277)	(122)	(35.154)
Valor residual	5.171	-	2.179	315	95	34	7.794

A Companhia não possui ativos imobilizados cedidos em garantias a terceiros. A Administração, devidamente munida por análises gerenciais, não constatou indicadores de *impairment* dos ativos imobilizados em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

9. Intangível

	Licenças e softwares	Software desenvolvido internamente	Software em desenvolvimento	Total
Taxa de amortização	20% a.a.	Média 20% a.a.	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	264	13.389	-	13.654
(+) Adições	-	2.040	-	2.040
(-) Amortização acumulada	(119)	(3.537)	-	(3.656)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	146	11.893	-	12.039
(+) Adições	-	627	913	1.540
(-) Baixas	-	(285)	-	(285)
(-) Amortização acumulada	(53)	(7.685)	-	(7.738)
Saldo em 30 de junho de 2026	93	4.550	913	5.556
Saldos em 31 de dezembro de 2025				
Custo	1.062	28.239	-	29.301
(-) Amortização acumulada	(916)	(16.346)	-	(17.262)
Valor residual	146	11.893	-	12.039
Saldos em 30 de junho de 2026				
Custo	1.062	28.581	913	30.556
(-) Amortização acumulada	(969)	(24.031)	-	(25.000)
Valor residual	93	4.550	913	5.556

A Administração não identificou indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

O aumento da despesa de amortização no período decorre, principalmente, da aceleração da amortização de sistemas que serão substituídos por um novo software, que visa melhorar a experiência do cliente no site da Companhia bem como melhorar a eficiência operacional. A revisão da vida útil desses ativos refletiu a expectativa de descontinuação de sua utilização, sendo que a nova plataforma entrou em operação em julho de 2026.

10. Arrendamentos

Direito de uso	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.848
Remensuração	8.397
Contratos encerrados	(218)
Amortização	(7.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	9.844
Saldo em 31 de dezembro de 2025	9.844
Amortização	(3.157)
Saldos em 30 de junho de 2026	6.687
Passivo de arrendamento a pagar	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.447
Remensuração	8.397
Pagamentos	(9.034)
Contratos encerrados	(218)
Apropriação de juros	1.067
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.659
Pagamentos	(2.767)
Apropriação de juros	624
Saldos em 30 de junho de 2026	8.516
Circulante	4.134
Não circulante	4.382

Durante o exercício de 2025 ocorreu o evento de remensuração que se refere à atualização do contrato de aluguel, o valor mais representativo dessa rubrica refere-se ao Centro de Distribuição da companhia.

O valor de arrendamentos a pagar vincendos, está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e Cofins
Pagamentos mínimos em 2026	2.505	232
Pagamentos mínimos em 2027	4.682	433
Pagamentos mínimos em 2028	706	65
Pagamentos mínimos em 2029	706	65
Pagamentos mínimos em 2030	587	54
Pagamentos mínimos em 2031	349	32
Pagamentos mínimos em 2032	349	32
Pagamentos mínimos em 2033	204	19
Total	10.088	932
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(1.572)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	8.516	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instalados a loja, o centro de distribuição e o prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 1 a 5 anos e normalmente são renovados por pelo menos mais um período do contrato sem alterações relevantes em seus termos e condições. Além disso, esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicados no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 14,64% a.a. (14,64% a.a. em 31 de dezembro de 2025) apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Companhia junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) / IFRS 16 na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender às orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das informações financeiras intermediárias.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2026	2027	2028	2029
Passivo de arrendamento				
Projeção Real (IPCA)	8.911	4.869	734	732
Projeção Real nominal (contabilizado)	8.516	4.682	706	706
Encargos financeiros				
Projeção Real (IPCA)	653	284	214	149
Projeção Real nominal (contabilizado)	624	273	206	144
Despesa de depreciação				
Projeção Real (IPCA)	3.303	1.072	545	-
Projeção Real nominal (contabilizado)	3.157	1.031	525	-
Total de despesa				
Projeção Real (IPCA)	5.971	3.262	491	491
Projeção Real nominal (contabilizado)	5.706	3.137	473	473

Para atender às orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia avaliou se os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal), representariam um impacto material sobre as informações financeiras. A Administração concluiu que não há efeitos relevantes sobre as informações financeiras, e, portanto, não está apresentando o quadro dos saldos dos passivos de arrendamento e ativo por direito de uso comparando o fluxo real x taxa nominal com o fluxo nominal x taxa nominal.

11. Obrigações trabalhistas

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão de Férias	1.999	2.298
Provisão de Bônus	1.691	1.790
Provisão de 13º Salário	667	-
IRRF a recolher	147	360
INSS a recolher	465	678
FGTS a recolher	138	219
Outras obrigações trabalhistas	-	204
Total	5.107	5.549

12. Fornecedores

12.1. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais	28.238	37.715
Fornecedores estrangeiros	1.418	876
Total	29.656	38.591

12.2. Fornecedores acordo de financiamento

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras tradicionais com o intuito de estruturar junto aos principais fornecedores a operação de antecipação de recebíveis.

Nesta operação, os fornecedores transferem o direito do recebível à instituição financeira parceira, em troca da antecipação de recebimento com taxas de juros mais interessantes que as usuais de mercado e sem necessidade de linhas de crédito pré-aprovadas e contratadas.

	30/06/2026	Quantidade de fornecedores impactados	Prazo médio de vencimento
Acordo de Financiamento (i)	1.701	4	112 dias
Fornecedores	29.656	401	60 dias

A movimentação dos fornecedores em convênio se deu como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	2.929	1.849
Novos convênios	6.375	9.467
Pagamentos efetuados (i)	(7.603)	(8.387)
Saldo final	1.701	2.929

(i) A Companhia possui acordos de risco sacado sem coobrigação com instituições financeiras, por meio dos quais determinados fornecedores podem antecipar o recebimento de seus títulos junto ao banco. Nessas operações, a Companhia não participa da negociação financeira entre o fornecedor e a instituição financeira, tampouco assume qualquer coobrigação pelo pagamento antecipado. O arranjo tem como objetivo apenas ampliar o prazo de pagamento originalmente pactuado com o fornecedor, mantendo as condições comerciais da compra. Assim, o fornecedor tem a opção de antecipar o recebimento junto à instituição financeira, enquanto a Companhia liquida a obrigação por meio de débito automático diretamente com o banco na data de vencimento acordada, sem incidência de encargos financeiros adicionais para a Companhia.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação não é de natureza financeira, pois mesmo considerando que a realização da antecipação para o fornecedor inclui cobrança de juros pelas instituições financeiras parceiras, não há qualquer benefício financeiro revertido para a Companhia.

13. Receita diferida

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento de clientes (i)	5.587	10.345
Vendas faturadas em trânsito (ii)	3.100	4.411
Total	8.687	14.756

(i) Adiantamento a clientes refere-se a vendas realizadas nas plataformas de e-commerce que ainda não foram faturadas para os clientes.

(ii) Vendas faturadas em trânsito refere-se a vendas faturadas, mas que ainda não foram entregues aos clientes, estando em poder da transportadora ou em rota de entrega. Essas vendas são reconhecidas somente após a entrega efetiva aos clientes.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos e obrigações tributárias

14.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Com base em projeções de lucros tributáveis a Administração registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2025	Resultado	30/06/2026
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	47.849	-	47.849
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.458	151	2.609
Provisão para bônus a funcionários	609	(34)	575
Outras diferenças temporárias	5.033	980	6.013
Total	55.949	1.097	57.046

A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado período fiscal. A Companhia possui prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 252.560 (R\$ 240.956 em 31 de dezembro de 2025), sem prazo de prescrição. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses valores.

A seguir, demonstramos o *aging-list* de realização do imposto de renda diferido para os períodos subsequentes:

	30/06/2026
2027	4.254
2028	4.958
2029	6.167
2030	7.955
2031	7.877
2032	8.271
2033	8.685
2034	8.879
Total	57.046

14.2. Conciliação da alíquota efetiva

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(12.700)	(10.980)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	4.318	3.733
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituído e movimentações temporárias líquidas	(3.221)	(4.146)
Adições e exclusões de outras diferenças temporárias	-	-
Adições e exclusões temporárias	-	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	1.097	(413)
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social – diferido	1.097	(413)
Alíquota efetiva	9%	-4%

14.3. Obrigações tributárias

	30/06/2026	31/12/2025
IPI	46	65
ICMS	668	990
PIS	106	100
Cofins	500	481
PIS e Cofins sobre despesas de propaganda (i)	5.091	5.091
ISS	117	93
Impostos retidos na fonte a recolher	6	20
Outros	53	78
Total	6.587	6.918
Passivo circulante	1.496	1.827
Passivo não circulante	5.091	5.091

(i) A Companhia está discutindo judicialmente o direito de crédito de PIS e Cofins sobre despesas de propaganda, e está depositando em juízo, em sua totalidade, os montantes relativos a essa discussão, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15.1., do saldo de depósitos judiciais registrado no ativo não circulante de R\$ 34.364 (R\$ 33.866 em 31 de dezembro de 2025), o montante de R\$ 5.091 (R\$ 5.091 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a esse tema.

15. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas e cíveis. A Administração possui uma política de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas, conduzida por advogados externos.

A Administração, com base no julgamento de seus assessores jurídicos, procede à análise das demandas judiciais e constitui provisão para contingências em montante julgado suficiente para cobrir as perdas prováveis. Conforme discriminado a seguir, apresentamos a movimentação dos depósitos judiciais e provisão para contingências:

15.1. Depósitos judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2024	30.954
Adições	251
Baixas	(771)
Atualização monetária	3.432
Saldo em 31 de dezembro de 2025	33.866
Adições	460
Baixas	(1.669)
Atualização monetária	1.707
Saldo em 30 de junho de 2026	34.364

Os três depósitos judiciais mais significativos registrados em 30 de junho de 2026 referem-se a:

(i) R\$ 24.650 (R\$ 23.367 em 31 de dezembro de 2025) referente ao valor corrigido da discussão do diferencial de alíquota de ICMS (DIFAL) sobre as vendas para outros estados;

(ii) R\$ 5.091 (R\$ 5.091 em 31 de dezembro de 2025) referente à discussão de incidência de PIS e Cofins sobre despesas de propaganda;

(iii) R\$ 4.479 (R\$ 4.274 em 31 de dezembro de 2025) relativo à discussão da inconstitucionalidade da cobrança de contribuições ao sistema S (Senai, Sebrae, Sesi, Senac) pela alíquota de 5,8% sobre a folha de pagamento, enquanto no entendimento da Administração, essas contribuições deveriam ser limitadas a 20 salários-mínimos.

15.2. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

a) Processos classificados com probabilidade de perda provável

A seguir movimentação das provisões prováveis:

	Cíveis	Fiscais	Previdenciário	Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	745	6.471	2.226	106	9.548
Provisões	89	-	510	90	689
Reversões	(735)	(2.594)	(774)	(47)	(4.150)
Atualização monetária	110	671	287	74	1.142
Saldos em 31 de dezembro de 2025	209	4.548	2.249	223	7.229
Provisões	22	-	605	411	1.038
Reversões	(203)	-	(777)	(77)	(1.057)
Atualização monetária	19	290	136	17	462
Saldos em 30 de junho de 2026	47	4.838	2.213	574	7.672

Processos fiscais

A provisão para demandas fiscais refere-se a riscos relacionados a conversão dos depósitos judiciais de diferencial de alíquota (DIFAL) e sucumbência ou êxito sobre processos movidos pela Companhia e Sistema S.

(i) Importante mencionar que referente ao Sistema S, em março de 2024, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou desfavorável o tema ao contribuinte, negando o respaldo para utilização de 20 salários-mínimos como base para memória de cálculo do Sistema S (SESC, SENAI, Sesi, Salário Educação etc.). Havia jurisprudência para prognóstico anterior como perda possível, decorrente de histórico de julgamentos favoráveis ao contribuinte. Diante deste novo julgamento, os advogados da Companhia entenderam conservador alterar a classificação do prognóstico para provável de perda, acarretando a necessidade de provisionamento integral dos depósitos judiciais recolhidos em juízo referente ao tema, no montante nominal de R\$ 3.940 com a devida atualização monetária pela SELIC no período de R\$ 290, totalizando uma provisão de R\$ 4.838.

(ii) A saber referente ao DIFAL, em 2021 o Supremo Tribunal Federal entendeu que haveria a necessidade de uma lei complementar para a cobrança do DIFAL (Tema nº 1093 de Repercussão Geral), considerando inconstitucional sua cobrança com fundamento no Convênio ICMS nº 93/2015. Em novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, reconheceu a constitucionalidade da cláusula de vigência prevista no art. 3º da LC 190/22, ou seja, estabeleceu que a lei complementar passasse a produzir efeitos 90 dias da data de sua publicação, a saber, 05 de abril de 2022.

Baseado nas decisões do Supremo Tribunal Federal e análise de risco efetuada pela Administração, na época a Companhia entendia que havia riscos prováveis de perda para os depósitos judiciais recolhidos no período entre abril de 2022 a dezembro de 2022, para 12 estados, onde destes possuíamos movimentação apenas em 09 estados (Santa Catarina, Espírito Santo, Rondônia, Amapá, Bahia, Paraná, Pernambuco, Roraima e Sergipe). Foi efetuado o provisionamento referente ao tema DIFAL no montante nominal de R\$ 1.456 e com a devida atualização monetária através da SELIC no valor de R\$ 79, totalizando a provisão de R\$ 1.535.

Em dezembro de 2025, o Supremo Tribunal Federal, após análise da lei complementar nº 190/2022 referente a cobrança do DIFAL, julgou favorável às empresas, e reafirmou a inconstitucionalidade da cobrança referente a competência de 2022, reconhecendo assim o direito à restituição dos depósitos efetuados em juízo. Baseado no entendimento da Administração e de seus advogados especializados nessa tese, julgamos que o risco de perda do montante recolhido em juízo passou a ser classificado como Perda Remota, motivando assim a reversão total da Provisão de Contingência constituída.

Processos previdenciários

A provisão de riscos para demandas previdenciárias refere-se exclusivamente a exposições atreladas remuneração de prestadores de serviços e autônomos diversos, que possuem ou possuíram relações comerciais com a Companhia nos últimos 5 anos.

b) Processos classificados com probabilidade de perda possível

A Companhia também é parte ré em processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e por isso nenhuma provisão para estes demais processos foi constituída.

Causas avaliadas como perda possível

	30/06/2026	31/12/2025
Fiscais (i)	18.798	15.336
Trabalhista	423	704
Cível	1.378	1.611
Total	20.599	17.651

(i) Trata-se principalmente de contribuição previdenciária sobre *Stock Options*.

16. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 30 de junho de 2026 é composto por 11.120.491 ações ordinárias (11.109.348 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2025), totalizando um capital social de R\$ 411.453 (R\$ 471.375 em 31 de dezembro de 2025).

Em 13 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a proposta de agrupamento de suas ações. Os acionistas presentes deliberaram pelo agrupamento das ações na proporção de 10 (dez) ações para cada 1 (uma) nova ação, sem alteração no valor do capital social da companhia, as ações da Companhia passaram a ser negociadas grupadas a partir de 16 de janeiro de 2025.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o agrupamento não resultou na modificação do valor total do capital social ou nos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. O agrupamento foi operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

Em 16 de janeiro de 2025, foi efetuado o agrupamento das ações, considerando as posições acionárias detidas pelos acionistas ao final do pregão do dia 15 de janeiro de 2025. E em 06 de fevereiro de 2025, a sobra de 1.024 ações ordinárias foi ofertada por meio de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) por R\$ 4,9 mil (quatro mil e novecentos reais), já líquido de taxas, refletindo um valor de R\$ 4,73 por ação, que foi disponibilizado aos titulares das frações de ações no dia 11 de fevereiro de 2025.

Em 17 de abril de 2026 a Companhia realizou a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 60.000, por ter sido considerado excessivo, mediante restituição aos acionistas em dinheiro, sem o cancelamento de ações.

Em 9 de junho de 2026 em reunião do Conselho de Administração foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, no valor de R\$ 78.223,86 (setenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e seis centavos), mediante a subscrição de 11.143 (onze mil, cento e quarenta e três) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, em razão do exercício de opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Segundo Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020, ao preço de emissão atualizado de R\$ 7,02 (sete reais e dois centavos) por ação, fixado de acordo com os parâmetros do artigo 170, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76.

17. Receita operacional líquida

	De 01/04/2026 a 30/06/2026	De 01/01/2026 a 30/06/2026	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Receita bruta de vendas de mercadorias	49.844	99.934	44.790	88.682
Receita de intermediação de negócios	1.321	3.056	3.024	6.372
Cancelamentos e devoluções (iii)	(6.835)	(13.154)	(4.017)	(7.276)
Cut Off - faturado e ainda não entregue (ii)	4	1.310	299	(208)
Perdas e chargeback (i)	(7)	(27)	(35)	(53)
Impostos	(10.333)	(21.330)	(9.404)	(19.491)
Receita operacional líquida	33.994	69.789	34.657	68.026

(i) As perdas por chargeback referem-se a vendas efetuadas através do cartão de crédito para as quais o titular do cartão não reconhece a transação e, portanto, são canceladas.

(ii) Refere-se ao efeito de reconhecimento do cut-off calculado sobre as vendas faturadas e ainda não entregues.

(iii) A Companhia efetuou reestruturações logísticas que resultaram em um impacto pontual, que a Companhia entende que serão revertidos em períodos posteriores.

18. Custo e despesas operacionais

	De 01/04/2026 a 30/06/2026	De 01/01/2026 a 30/06/2026	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Custo das mercadorias	(19.452)	(40.135)	(20.563)	(40.387)
Provisão para perdas dos estoques	27	(260)	373	492
Custos de armazenagem	(56)	(96)	(45)	(76)
Salários e encargos trabalhistas	(8.341)	(16.987)	(9.146)	(20.202)
Embalagens	(383)	(688)	(359)	(731)
Despesas com fretes e transportes	(2.278)	(4.713)	(1.696)	(3.971)
Produção e conteúdo	(261)	(845)	(341)	(686)
Despesas com marketing	(4.713)	(9.903)	(2.682)	(5.817)
Despesas com taxa de utilização de cartão de crédito	(582)	(1.297)	(764)	(1.563)
Gastos com prestadores de serviços	(1.111)	(3.517)	(859)	(2.029)
Depreciações e amortizações	(9.055)	(11.957)	(3.421)	(7.026)
Gastos com informática	(1.862)	(4.498)	(2.201)	(4.202)
Gastos com materiais de escritório	(27)	(71)	(40)	(78)
Provisão de contingência	(583)	19	164	95
Despesas com aluguéis e condomínios	(330)	(630)	963	1.959
Outras despesas com vendas	-	-	-	-
Outros custos e despesas	(1.157)	(3.098)	(1.391)	(3.050)
Total	(50.164)	(98.676)	(42.008)	(87.272)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(19.529)	(40.596)	(20.287)	(40.072)
Despesas com vendas	(13.269)	(27.972)	(9.297)	(21.159)
Despesas gerais e administrativas	(17.366)	(30.108)	(12.424)	(26.041)
Total	(50.164)	(98.676)	(42.008)	(87.272)

O aumento em despesas decorre essencialmente da amortização acelerada descrita na Nota Explicativa nº 9 e gastos com publicidade.

19. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	De 01/04/2026 a 30/06/2026	De 01/01/2026 a 30/06/2026	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Créditos Extemporâneos – CAT42 (i)	-	8.003	-	92
Crédito de PIS e Cofins	5.417	5.417	-	-
Despesas não recorrentes (ii)	(780)	(2.018)	-	-
Fees - levantamento de créditos tributários	(2.754)	(2.754)	-	-
Créditos Previdenciários	-	117	-	-
Outras receitas operacionais líquidas	(387)	(672)	(2)	(2)
Total	1.496	8.093	(2)	90

(i) A Companhia reconheceu durante o período de 2026, créditos tributários, suportados por pareceres jurídicos emitidos por assessores jurídicos externos. Os valores apurados conforme legislação vigente foram registrados na rubrica Outras Receitas Operacionais, totalizando R\$ 8.003. A composição dos créditos tributários por natureza está mencionada na Nota Explicativa nº 7.

(ii) R\$ 364 com consultoria jurídica para AGE de redução de capital, R\$ 416 com consultoria pontual de CFO interino e R\$ 1.238 de correção de conciliação de estoques.

20. Resultado financeiro

	De 01/04/2026 a 30/06/2026	De 01/01/2026 a 30/06/2026	De 01/04/2025 a 30/06/2025	De 01/01/2025 a 30/06/2025
Receita financeira				
Rendimento sobre aplicações financeiras	3.455	7.082	4.257	7.777
Descontos obtidos	1	21	106	147
Atualizações monetárias	327	1.707	772	1.464
Outras receitas financeiras	534	735	27	49
Total	4.317	9.545	5.162	9.437
Despesas financeiras				
Juros passivos	(58)	(147)	(28)	(160)
Juros sobre contrato de arrendamento	(294)	(624)	(243)	(526)
Correções monetárias passivas	(451)	(462)	(361)	(576)
Outras despesas financeiras	111	(218)	108	-
Total	(692)	(1.451)	(524)	(1.262)
Total	3.625	8.094	4.638	8.175

21. Partes relacionadas

Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore, remuneração variável anual e plano de saúde, conforme abaixo:

	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração fixa anual	666	999
Verbas rescisórias	145	143
Benefícios	73	120
Bônus anual	89	-
Pagamento baseado em ações	227	33
Total	1.200	1.295

22. Resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do resultado por ação e a média ponderada das ações ordinárias em circulação:

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(11.603)	(11.394)
Quantidade média ponderada de ações no período	11.110.702	11.109.348
Prejuízo por ação – básico/diluído (expressos em reais) (i)	(1,0443)	(1,0256)

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o plano de remuneração baseado em ações representa o único potencial instrumento dilutivo. Contudo, em razão do prejuízo do exercício, seu efeito é antidilutivo, não havendo diferença entre o resultado por ação básico e o diluído.

23. Plano de remuneração baseado em ações

Terceiro Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de novembro de 2020 foi aprovado o terceiro programa de remuneração baseada em ações da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2021, foram pré-aprovadas outorgas de 1.660.948 opções à alta Administração e estipulado que os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções (vesting), metas individuais ou coletivas a serem cumpridas, preços de outorga, normas sobre restrições à transferência das opções, dentre outros, seriam deliberados pelo Conselho de Administração da Companhia após o IPO, caso ocorresse.

As opções poderão ser exercidas na proporção 11% das ações a partir de 30 de junho de 2021 para a outorga ocorrida em 15 de janeiro de 2021 e 11% a partir da data de outorga ocorrida em 13 de agosto de 2021, a partir da 1 tranche, as opções poderão ser exercidas na proporção de 5,5% a cada trimestre, iniciando em 30 de setembro de 2021 para ambas outorgas, o saldo remanescente de 17,5% poderá ser exercido em 31 dezembro de 2024, quando o período de maturação se encerra.

O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após decorridos 7 anos contados a partir das datas de maturação.

O preço de exercício inicial de R\$13,00 (equivalente a R\$ 130,00 após o agrupamento do dia 16 de janeiro de 2025) por ação, corrigido pelo IPCA-IBGE acumulado até a data do exercício da opção de compra.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados para cálculo do valor justo das duas outorgas:

Tabela 1 – opções outorgadas em 15 de janeiro de 2021

Lote	Quantidade de Ações	Média ponderada do valor justo na data da mensuração (em Reais)	Taxa de retorno livre de Risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	18.270	11,755	7,42%	38,34%	Maturado
Lote 2	9.135	11,755	7,47%	38,10%	Maturado
Lote 3	9.135	11,755	7,51%	37,66%	97
Lote 4	9.135	11,755	7,55%	37,24%	100
Lote 5	9.135	11,755	7,59%	36,88%	103
Lote 6	9.135	11,755	7,62%	36,69%	106
Lote 7	9.135	11,755	7,65%	36,69%	109
Lote 8	9.135	11,755	7,68%	36,69%	112
Lote 9	9.135	11,755	7,71%	36,69%	115
Lote 10	9.135	11,755	7,74%	36,69%	118
Lote 11	9.135	11,755	7,77%	36,69%	121
Lote 12	9.135	11,755	7,79%	36,69%	124
Lote 13	9.135	11,755	7,82%	36,69%	127
Lote 14	9.135	11,755	7,85%	36,69%	130
Lote 15	29.067	11,755	7,87%	36,69%	133
Total	166.092	11,755	7,68%	-	-

Tabela 2 – opções outorgadas em 13 de agosto de 2021

Lote	Quantidade de Ações	Média ponderada do valor justo na data da mensuração (em Reais)	Taxa de retorno livre de Risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	648	2,579	10,04%	38,99%	Maturado
Lote 2	324	2,579	10,06%	38,79%	Maturado
Lote 3	324	2,579	10,09%	38,40%	90
Lote 4	324	2,579	10,12%	38,22%	93
Lote 5	324	2,579	10,15%	37,77%	96
Lote 6	324	2,579	10,17%	37,33%	99
Lote 7	324	2,579	10,20%	36,95%	102
Lote 8	324	2,579	10,22%	36,71%	105
Lote 9	324	2,579	10,24%	36,69%	108
Lote 10	324	2,579	10,26%	36,69%	111
Lote 11	324	2,579	10,28%	36,69%	114
Lote 12	324	2,579	10,29%	36,69%	117
Lote 13	324	2,579	10,31%	36,69%	120
Lote 14	324	2,579	10,32%	36,69%	123
Lote 15	1.031	2,579	10,34%	36,69%	126
Total	5.891	2,579	10,21%	-	-

O modelo utilizado pelos especialistas contratados pela Companhia para elaboração do cálculo foi o Monte Carlo, sendo a média ponderada do preço das ações da Companhia no montante de R\$11,95 (equivalente a 119,50 após o agrupamento de 16 de janeiro de 2025). Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações (“Programa 2024”)

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de setembro de 2024, foi aprovado o Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“Programa 2024”), observando os termos do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2019, e do Segundo e Terceiro Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia, ambos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de novembro de 2020 (“Planos de Opções”), e estipulando os termos e condições para aquisição do direito ao exercício das opções (*vesting*), metas individuais ou coletivas a serem cumpridas, preços de outorga, normas sobre restrições à transferência das opções, dentre outros.

O Programa 2024 prevê a outorga de até 110.302 opções, sendo que tais opções passíveis de outorga no âmbito do Programa 2024 representam o saldo de opções de compra de ações que **(i)** ou não foram outorgadas às pessoas elegíveis no âmbito dos Planos de Opções ou dos programas anteriores, ou **(ii)** foram outorgadas anteriormente, mas deixaram de ser exercidas pelos beneficiários como consequência de seu Desligamento, nos termos de seus respectivos contratos. De acordo com os Planos de Opções, em ambos os casos as opções outorgadas tornaram-se novamente disponíveis para futuras outorgas.

O prazo limite para o exercício do direito de compra se encerra após 7 anos contados a partir das datas da outorga.

O preço de exercício inicial de R\$1,00 por ação, corrigido mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A tabela a seguir apresenta os possíveis calendários de vesting das opções, no âmbito do Programa 2024:

Tabela 1 – calendários de vesting das opções outorgadas no Programa 2024

Tabela 1.1 – calendário (opção #1)

Lote	Percentual de Opções	Períodos de Vesting (*)
1	33,0%	Vesting imediato, no ato da assinatura do contrato
2	5,5%	30/09/2024
3	5,5%	31/12/2024
4	5,5%	31/03/2025
5	5,5%	30/06/2025
6	5,5%	30/09/2025
7	5,5%	31/12/2025
8	5,5%	31/03/2026
9	5,5%	30/06/2026
10	5,5%	30/09/2026
11	17,5%	31/12/2026

Tabela 1.2 – calendário (opção #2)

Lote	Percentual de Opções	Períodos de Vesting (*)
1	38,5%	Vesting imediato, no ato da assinatura do contrato
2	5,5%	31/10/2024
3	5,5%	31/01/2025
4	5,5%	30/04/2025
5	5,5%	31/07/2025
6	5,5%	31/10/2025
7	5,5%	31/01/2026
8	5,5%	30/04/2026
9	5,5%	31/07/2026
10	17,5%	31/10/2026

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados para cálculo do valor justo das duas outorgas:

Tabela 1 – opções outorgadas em 23 de setembro de 2024

Lote	Quantidade de Ações	Valor justo na data da mensuração (em Reais)	Taxa de retorno livre de Risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	32.077	49.259	12,57%	62,80%	60
Lote 2	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 3	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 4	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 5	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 6	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 7	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 8	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 9	4.582	7.036	12,57%	62,80%	60
Lote 10	14.583	22.394	12,57%	62,80%	60
Total	83.316	127.941		-	-

Lote	Quantidade de Ações	Valor justo na data da mensuração (em Reais)	Taxa de retorno livre de Risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Lote 1	8.905	13.674	12,57%	62,80%	60
Lote 2	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 3	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 4	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 5	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 6	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 7	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 8	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 9	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 10	1.484	2.279	12,57%	62,80%	60
Lote 11	4.723	7.253	12,57%	62,80%	60
Total	26.984	41.438			

Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Programa 2025-2026")

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de abril de 2026, foi aprovado o Programa Bianual de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia ("Programa 2025-2026"), observando os termos do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2019, do Segundo e Terceiro Planos de Opções de Compra de Ações da Companhia, ambos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de novembro de 2020, e do Programa de Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de setembro de 2024 ("Programa 2024"), todos eles referidos em conjunto como "Planos de Opções". O Programa 2025-2026 prevê a outorga de até 207.444 opções, sendo certo que os Conselheiros consignaram em ata que as ações subjacentes a essas opções não incrementam o percentual de diluição dos acionistas já aprovado anteriormente pela assembleia geral quando da aprovação dos Planos de Opções, uma vez que representam o saldo disponível de opções que não foram outorgadas às pessoas elegíveis no âmbito dos Planos de Opções e programas anteriores, ou foram outorgadas anteriormente mas deixaram de ser exercidas na forma estabelecida nos respectivos Planos de Opções.

O preço de exercício inicial das opções outorgadas no âmbito do Programa 2025-2026 é de R\$ 0,60 (sessenta centavos) por ação, corrigido mensalmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As 207.444 opções outorgadas no âmbito do Programa 2025-2026 representam uma diluição potencial de, aproximadamente, 1,87% do capital social da Companhia, considerando a base de 11.120.491 ações ordinárias em circulação em 30 de junho de 2026, sendo certo que, conforme mencionado acima, tal diluição já se encontrava compreendida no percentual anteriormente aprovado pela assembleia geral quando da aprovação dos Planos de Opções.

Tabela 1 – opções outorgadas em 10 de abril de 2026

Lote	Quantidade de Ações	Valor justo na data da mensuração (em Reais)	Taxa de retorno livre de Risco (%)	Volatilidade Anual (%)	Prazo de vida esperado das opções (meses)
Único	207.444	3,265	14,00%	30,00%	9
Total	207.444	3,265			

Despesas com os planos de remuneração baseado em ações

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu R\$ 227 (R\$ 33 em 30 de junho de 2025), sendo R\$ 226 relativos à outorga de abril de 2026 e R\$ 1 relativo ao terceiro plano de remuneração baseado em ações.

Expectativa de reconhecimento de despesas futuras.

Exercício social	Efeito no resultado
2026	460
2027	13
2028	7
2029	4
2030	2

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Valor justo hierárquico

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo:

- **Nível 1:** a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- **Nível 3:** a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48 / IFRS 9.

Os quadros a seguir apresentam os ativos e passivos por categoria:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Nível 1	108.379	121.348
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	20.939	26.815
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	34.364	33.866
Total			163.682	182.029

Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	29.656	38.591
Fornecedores Convênio	Custo amortizado	Nível 2	1.701	2.929
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	8.516	10.659
Total			39.873	52.179

Os ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado aproximam-se dos respectivos valores justos, pois são ajustados por provisões, valores presentes e/ou atualizados por taxas de mercado pós-fixadas.

Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025.

24.2. Gestão de risco

Não houve alterações quanto às políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Os instrumentos financeiros são contratados conforme definido em política interna e aprovado pela Administração, cujo propósito é proteger a Companhia dos riscos de mercado.

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno aos acionistas.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. A Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura de capital em 30 de junho de 2026:

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	108.379	121.348
Passivo de arrendamento	(8.516)	(10.659)
Dívida líquida	99.863	110.689
Total do patrimônio líquido	149.039	220.337
Índice de alavancagem (%)	-67%	-50%

No curso normal das suas operações, a Companhia é exposta aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

a) Riscos de mercado

Risco cambial

Em relação às importações de mercadorias, a Companhia possui como política efetuar um adiantamento parcial quando da solicitação do pedido, e outro adiantamento para a liberação da mercadoria para transporte para o território nacional. Dessa forma, a Companhia não possui contas a pagar em aberto em moeda estrangeira que sofram exposição ao risco cambial. Entretanto, há o risco cambial entre a data de desembolso do primeiro adiantamento e o segundo adiantamento (risco de fluxo de caixa). Para mitigar esse risco, a partir de 2020 a Companhia passou a efetuar aplicações em fundos cambiais nos montantes correspondentes aos adiantamentos pendentes de serem realizados.

Dessa forma, usualmente há uma exposição cambial decorrente dessas aplicações financeiras em fundos cambiais, porém em 30 de junho de 2026 não havia saldo de aplicação com exposição cambial.

Análise de sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Razoavelmente Possível quanto aos indexadores atrelados aos instrumentos financeiros.

	Risco	2026	Cotação/Taxa	Exposição R\$	Cenário razoavelmente possível %
Ativos					(i)
Equivalentes de caixa	Queda CDI	108.379	14,25%	(15.444)	13,88%
Total		108.379		(15.444)	

(i) Para o cenário possível do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data-base de 30 de junho de 2026 (14,25% a.a.) para 90 dias.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente, com relação ao contas a receber de clientes) e de empréstimos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. No caso de constatação de risco iminente de não realização destes ativos, a Companhia registra provisões para trazê-los ao seu valor provável de realização.

b) Risco de liquidez

A Administração analisa as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para sua operação.

O quadro abaixo demonstra os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data das informações financeiras e a data contratual do vencimento.

	Notas	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	12.1	29.656	-	29.656
Fornecedores Convênio	12.2	1.701	-	1.701
Passivo de arrendamento	10	4.134	4.382	8.516
Em 30 de junho de 2026		35.491	4.382	39.873

	Notas	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	12.1	38.591	-	38.591
Fornecedores Convênio	12.2	2.929	-	2.929
Passivo de arrendamento	10	4.165	6.494	10.659
Em 31 de dezembro de 2025		45.685	6.494	52.179

25. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

Modalidade seguro	Cobertura R\$ (não auditado)
Incêndio/ raio/ explosão/ danos elétricos/ queda de aeronaves/ perda de aluguel	226.323
Responsabilidade civil (D&O)	25.000
Responsabilidade civil, profissional e geral	5.000
Multirrisco galpão	30.114
Veículos	142
Total	286.579

Vale ressaltar que a avaliação das premissas das contratações de seguros efetuadas pela Companhia não faz parte do escopo dos auditores independentes.

26. Itens que não afetam o caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	30/06/2026	31/12/2025
Aumento de capital com exercício de stock Options (Nota Explicativa nº 16)	78	-
Redução de capital paga em julho (Nota Explicativa nº 16)	(60.000)	-
Arrendamentos encerrados durante o período (Nota Explicativa nº 10)	-	(218)
Arrendamentos remensurados durante o período (Nota Explicativa nº 10)	-	8.397

27. Eventos subsequentes

Pagamento da restituição de capital aos acionistas

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 16, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2026 foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 60.000, por ter sido considerado excessivo, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, sem cancelamento de ações, nos termos do artigo 173 da Lei nº 6.404/76. Decorrido o prazo de 60 dias para oposição de credores previsto no artigo 174 da referida Lei, a redução de capital tornou-se eficaz, tendo a Companhia reconhecido, em 30 de junho de 2026, o correspondente passivo de R\$ 60.000 na rubrica "Capital a restituir aos acionistas", no passivo circulante.

Em 1º de julho de 2026, a Companhia efetuou o pagamento da restituição aos acionistas titulares de ações de sua emissão ao final do pregão da B3 de 23 de junho de 2026 (data de corte), no valor de R\$ 5,39544521910 por ação, totalizando R\$ 60.000, com a consequente liquidação integral do passivo registrado em 30 de junho de 2026. Por se tratar da liquidação de obrigação já reconhecida na data-base destas informações financeiras, o evento não requer ajuste aos saldos apresentados, sendo objeto apenas de divulgação, nos termos do CPC 24 — Evento Subsequente.

* * *